

VOLUMOSOS SEM O CTR. CONFORME RESOLUCAO AMLURB N 107, DE 09 DE JUNHO DE 2017, ARTIGOS 10 E 11.

77-132.316-6 01 1.710,28
WK COMERCIO DE DOCES E SALGADOS EIRELI EPP
R PRATES, 00599
GRANDE GERADOR DE RESIDUOS SOLIDOS DISPONDO SEUS RESIDUOS EM LOCAIS PROPRIOS DA COLETA DE RESIDUOS DOMICILIARES OU DE SERVICOS DE SAUDE, BEM COMO EM QUALQUER AREA PUBLICA, INCLUINDO PASSEIOS E SISTEMA VIARIO. CONFORME DECRETO 51907 DE 04/11/10 ARTIGO 3.

77-132.164-3 01 855,14
WORLD SIGN DESIGN E COMERCIO LTDA
R SECUNDINO DOMINGUES, 00445 PARTSEMSQL
POR LANCAR OU ATIRAR, NAS VIAS, PRACAS, JARDINS, ESCADARIAS E QUAISQUER AREAS E LOGRADOUROS PUBLICOS, RESIDUOS DE QUALQUER NATUREZA.

77-132.313-1 01 855,14
1A FORMIGA COLETA E GERENCIAMENTO AMB. LTDA EP
R MARANHAO, 00416 PARTSEMSQL
POR DEPOSITAR CACAMBA METALICA EM VIA OU AREA PUBLICA EM DESACORDO COM O PADRAO VISUAL ESTABELECIDO NOS ANEXOS DA RESOLUCAO DE AMLURB N 107, DE 09 DE JUNHO DE 2017, ARTIGO 12, PARAGRAFO SEGUNDO.

BUTANTÃ

GABINETE DO SUBPREFEITO

SISTEMA MUNICIPAL DE PROCESSOS - SIM-PROC COMUNIQUE-SE: EDITAL 2020-1-069
PREFEITURA REGIONAL DO BUTANTA
ENDERECO: RUA ULIPIANO DA COSTA MANSO, 201
2014-0.184.632-3 ADRIANA APARECIDA SARAIVA
HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR
2014-0.203.770-4 SERGIO LUIZ FERREIRA ALVES
HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR
2014-0.204.337-2 MICHELE WHARTON MORENO
HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR
2017-0.057.256-0 ADRIANA APARECIDA SARAIVA
HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR

COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA URBANA

Supervisão Técnica de Limpeza Pública

Conforme Lei 10.365/87, Decreto 29.586/91, Lei nº 16.137/15, Decreto 56.306/15 e PORTARIA 25/SP-BT/2015, esta PR.BT informa os locais onde serão executados os serviços de Poda/Remoção de Árvores:

REMOÇÃO
SEI 6031 - 2020.0001.049 - 3 - R. Pongada, 45
As pessoas ou entidades que discordarem do manejo poderão no prazo de 06(seis) dias contados da data da publicação, apresentar recurso contra a medida devidamente fundamentado, protocolando-o nesta Prefeitura Regional. A execução dos serviços será programada após a publicação do referido despacho no D.O.C. em conformidade com a Lei Municipal 10.919/91. Em caso de árvore em área particular, o referido despacho terá sua eficácia condicionada a autorização emitida pela Supervisão Técnica de Limpeza Pública, a qual deve ser retirada pelo interessado.

CAMPO LIMPO

GABINETE DA SUBPREFEITA

SISTEMA ELETRONICO DE INFORMACOES - SEI
COMUNIQUE-SE: LISTA 493
SUBPREFEITURA DO CAMPO LIMPO
ENDERECO: RUA NOSSA SENHORA DO BOM CONSELHO, 59
6056.2019/0007887-4 - SISACOE: Auto de Licença de Funcionamento
Interessados: Milano Comércio Varejista de Alimentos S.A.
COMUNIQUE-SE: O interessado deverá apresentar:
1 Procuração na validade da Milano Comércio Varejista de Alimentos S.A.
2 Atividade pretendida no Requerimento conforme CNPJ e CCM (Confeitaria ...)
3 CAU Certidão de Registro e Quitação Pessoa Jurídica na validade.
4 Planta aprovada e respectivo Certificado de Conclusão, demarcando o local da atividade.
5 Para Certificado de Conclusão com mais de cinco anos emitido, Certificado de Manutenção vigente do sistema de edificação vigente.
6 Confirmar ou rever área total construída.
7 Declaração de acessibilidade.
8 Licença da atividade principal
6033.2019/0002817-0 - SISACOE: Auto de Licença de Funcionamento
Interessados: GUILHERME AUGUSTO LINZMEYER, CPF.036.538.399-63
COMUNIQUE-SE: O interessado deverá apresentar:
1 CCM do Responsável Técnico e da atividade na validade.
2 Comprovar legitimidade do responsável pelo uso.
3 CNPJ da atividade.
4 Planta aprovada demarcando o local da atividade.
5 Certificado de Manutenção vigente do sistema de segurança da edificação.
6 Declaração referente a acessibilidade do imóvel.
7 Licença da atividade principal.
6059.2019/0008406-4 - SISACOE: Auto de Licença de Funcionamento
Interessados: MILIANE DE SENA ANDRADE - CPF: 364.489.738-77
COMUNIQUE-SE: A interessada deverá apresentar:
1 Requerimento totalmente preenchido, frente e verso.
2 Documento que comprove a legitimidade da responsável pelo uso.
3 CCM e CNPJ da atividade.
4 Declaração referente a acessibilidade do imóvel.
5 Planta aprovada e respectivo Auto de Conclusão demarcando o local da atividade.
6 Licença da atividade principal.

IPIRANGA

GABINETE DO SUBPREFEITO

SISTEMA MUNICIPAL DE PROCESSOS - SIM-PROC COMUNIQUE-SE: EDITAL 2020-1-069
PREFEITURA REGIONAL IPIRANGA
ENDERECO: RUA LINO COUTINHO, N 444
2015-0.176.852-9 SERGIO PACHECO DE QUEIROZ
HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR
2018-0.102.318-9 VICTOR CASADO PETILLO
HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR
2018-0.102.325-1 MARCELLE SENA DE SIMONE
HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR

ITAQUERA

COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Supervisão de Finanças

| DEMONSTRATIVO DE COMPRAS EFETUADAS E DOS SERVIÇOS CONTRATADOS PELA SUBPREFEITURA ITAQUERA, RELATIVO AO MÊS DE MARÇO DE 2020, DE ACORDO COM O ARTIGO 16 DA LEI FEDERAL 8.666/93 E ARTIGO 116 L.O.M.S.P. | | | | |
|--|--|------|-------------|--------------|
| N.E. | Compras Efetuadas FORNECEDOR/DESCRIÇÃO | QTDE | PREÇO UNIT. | TOTAL |
| 25593 | Loide Florencio de Souza Colognesi 09650141855 Lanterna de 12 leds 59 lumens - alcance de luz 65 mts | 2 | 47,50 | 95,00 |
| 25610 | ML Rodrigues Commercial Ltda. Máscaras de solda em Celeron c/visor articulado, p/ proteção visual e facial dos raios ultravioleta e infravermelho do arco elétrico. | 2 | 60,00 | 120,00 |
| 26469 | Guarani Indústria Comércio e Serviços Ltda. Guia chapéu p/ boca-de-lobo, em concreto armado, tipo PMSF, compr=1,20m, c/ resistência do concreto à compressão mínima de 20,0 Mpa, em corpo de prova de 28 dias de idade, atendendo às normas da ABNT e da PMSF. | 500 | 18,91 | 9.455,00 |
| 27822 | AGOS B2G Comercial e Serviços em Licitações EIRELI Galões de 5 litros de Alcool em gel bactericida 70º refinado para mãos | 30 | 33,60 | 1.008,00 |
| 28493 | Thiago Alves dos Reis 32702168825 Banqueta alta fixa ideal p/bancada, estrutura do assento e encosto em MDF e revestido c/ espuma e c/ tecido c/ base tubular em aço. Medidas: altura 97 cm a 1,00 m (piso ao assento 70 cm), largura: 38 cm a 46 cm. | 3 | 310,33 | 930,99 |
| 29507 | Flavia de Oliveira Borges Sacos de Raíña nas medidas 60x100 p/ uso da SUB-IQ. | 2000 | 1,29 | 2.579,99 |
| 29972 | Fino Sabor Indústria e Comércio Ltda. Café torrado e moído (pacotes de 500 gramas), alto vácuo, marca Fino Sabor, através da Ata de RP nº 005/SG-COBES/2019, p/ uso da SUB-IQ, entregue em 10 parcelas. | 960 | 4,96 | 4.761,60 |
| 30978 | Angela Maria de Araujo Rodrigues 22568554819 Ventiladores de Coluna, 2,10 m (altura), 65 cm (diâmetro), bivolt , a serem usados nas dependências da Subprefeitura Itaquera | 5 | 323,14 | 1.615,68 |
| Total das Compras | | | | 20.566,26 |
| Cancelamento do Período | | | | |
| 27822 | AGOS B2G Comercial e Serviços em Licitações EIRELI | | | 1.008,00 |
| Total das Compras Canceladas | | | | 1.008,00 |
| Serviços Contratados | | | | |
| N.E. | FORNECEDOR/DESCRIÇÃO | QTDE | PREÇO UNIT. | TOTAL |
| 25416 | TMS Comercio e Locação de Purificadores EIRELI Locação de aparelhos de purificadores de água | 1 | 240,00 | 240,00 |
| 25927 | Demax Serviços e Comércio Ltda. Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de conservação de áreas verdes, por período de 12 (doze) meses a contar da data fixada na Ordem de início, p/utliz. de 04 (quatro) equipes mês. | 1 | 883.775,41 | 883.775,41 |
| 26167 | KSB Brasil Ltda. Prestação de serviços de manutenção c/ fornecimento de peças da Motobomba KRT K 300-330/50UG-330 série 3-M07-7256651 do Piscinão Aricanduva V. | 1 | 49.693,59 | 49.693,59 |
| 27538 | Molise Serviços e Construções Ltda. Contrato nº 02/SUB-IQ/2019, reajuste através da Ata de RP nº 30/SMSUB/COGEL/2018 (Reajustes) | 1 | 24.719,19 | 24.719,19 |
| 30647 | Era-Técnica Engenharia Construções e Serviços Ltda. Contratação de empresa p/ prestação de serviços de limpeza manual e mecanizada de galerias, córregos e canais à PMSF, através da utilização da Ata de RP nº 16/SMSUB-COGEL/2019, pelo período de 06 (seis) meses a contar da data fixada na Ordem de Início, 2 equipes/mês. | 12 | 85.618,82 | |
| 1.027.425,84 | | | | |
| 31341 | Molise Serviços e Construções Ltda. TC 20/SUB-IQ/2019 - Reajuste da ATA de RP 030/SMSUB/COGEL/2018, a partir de 09/10/2019 | 1 | 973,20 | 973,20 |
| 31352 | Molise Serviços e Construções Ltda. TC 061/SUB-IQ/2019 - reajuste da ATA de RP nº 030/SMSUB/COGEL/2018 | 1 | 23.356,72 | 23.356,72 |
| 31485 | Mendes e Freitas Logística Eng. e Const. Ltda. EPP TC 007/PR-IQ/2017 - reajuste a partir de 27/12/2019, publicado no DOC de 05/03/2020, página 65, por 12 (doze) meses. | 12 | 121,05 | 1.452,60 |
| 32661 | Serv. Prefeitura Regional - Itaquera - Aux. Transporte Aux. transporte ref. março/2020 - RPPS | 1 | 16.492,55 | 16.492,55 |
| 32666 | Serv. Prefeitura Regional - Itaquera - Aux. Transporte Aux. transporte ref. março/2020 - RGPS | 1 | 1.754,84 | 1.754,84 |
| 32681 | Servidores da Pref. Regional - Itaquera - Aux. Refeição Aux. refeição ref. março/2020 - RPPS | 1 | 76.076,23 | 76.076,23 |
| 32688 | Servidores da Pref. Regional - Itaquera - Aux. Refeição Aux. refeição ref. março/2020 - RGPS | 1 | 10.737,61 | 10.737,61 |
| 32699 | Servidores da Pref. Regional - Itaquera - Aux. Refeição Aux. alimentação ref. março/2020 - RPPS | 1 | 28.677,09 | 28.677,09 |
| 32702 | Servidores da Pref. Regional - Itaquera - Aux. Refeição Aux. alimentação ref. março/2020 - RGPS | 1 | 15.057,87 | 15.057,87 |
| 32722 | Demax Serviços e Comércio Ltda. Prest. de serviços de manejo arbóreo à PMSF, através da utilização da Ata de RP nº 18/MSRP-COGEL/2018 - Agrupamento XXII, pelo período de 06 meses a partir de 29/03/2020, com a utilização de 02 (duas) equipes de manejo/mês. | 2 | 150.742,48 | 301.484,96 |
| 32815 | Servidores da Pref. Regional - Itaquera - Aux. Refeição Aux. Alimentação ref. março/2020 - RGPS | 1 | 9.111,45 | 9.111,45 |
| 32816 | Alltec Construções e Comércio Ltda. – EPP Contrato nº 70/SUB-IQ/2019, elaboração de projeto e execução p/ requalificação do espaço na área sob a avenida jacu péssgo, contemplando construção de salão, implantação de quadras, ATU's, playground, adequação dos pisos, construção de muros e muretas, gradis e paisagismo, c/termno previsto para 18/5/2020. | 1 | 713.709,01 | 713.709,01 |
| 32838 | Servidores da Pref. Regional - Itaquera - Aux. Refeição Aux. Alimentação ref. março/2020 - RPPS | 1 | 60.711,03 | 60.711,03 |
| Total dos Serviços | | | | 3.245.449,19 |
| Cancelamento do Período | | | | |
| 10333 | Demax Serviços e Comercio Ltda. | | | 293.910,89 |
| 32699 | Servidores Pref. Regional - Itaquera - Aux. Refeição | | | 28.677,09 |
| 32702 | Servidores Pref. Regional - Itaquera - Aux. Refeição | | | 15.057,87 |
| Total dos Serviços Cancelados | | | | 337.645,85 |
| Total das Compras e Serviços contratados | | | | 3.266.015,45 |
| Total de Cancelamentos | | | | 338.653,85 |

JAÇANÃ-TREMEMBÉ

GABINETE DO SUBPREFEITO

SISTEMA MUNICIPAL DE PROCESSOS - SIM-PROC COMUNIQUE-SE: EDITAL 2020-1-069
PREFEITURA REGIONAL JACANA-TREMEMBE
ENDERECO: AVENIDA LUIS STAMATIS, N 300
2019-0.012.310-6 JURANDIR CANELLA PINA
HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR
2020-0.004.078-7 TATIANE HERNANDES RODRIGUES COSTA
HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR

LAPA

GABINETE DO SUBPREFEITO

SISTEMA MUNICIPAL DE PROCESSOS - SIM-PROC COMUNIQUE-SE: EDITAL 2020-1-069
PREFEITURA REGIONAL LAPA
ENDERECO: RUA GUAICURUS, 1000
2014-0.177.291-5 CARLOS HENRIQUE LOSCHIAVO SEYssel
HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR
2019-0.044.190-6 GABRIEL LAGNADO JADOUL
HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR

SISTEMA ELETRONICO DE INFORMACOES - SEI
COMUNIQUE-SE: LISTA 493
SUBPREFEITURA DA LAPA
ENDERECO: RUA GUAICURUS, 1000
6030.2020/0000809-4 - SISACOE: Auto de Licença de Funcionamento Integrado
Interessados: EMPLAQ AUTO MERCOSUL EIRELI
COMUNIQUE-SE: Apresentar ART nos termos da legislação baixo risco , atestado de acessibilidade e quadro de vagas nos termos do quadro 4A da lei 16402/16

MOOCA

GABINETE DO SUBPREFEITO

SISTEMA MUNICIPAL DE PROCESSOS - SIM-PROC COMUNIQUE-SE: EDITAL 2020-1-069
PREFEITURA REGIONAL MOOCA
ENDERECO: RUA TAQUARI, 549
2018-0.011.046-0 JULIO CESAR OLIVIERI
HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR

PERUS

GABINETE DO SUBPREFEITO

SISTEMA MUNICIPAL DE PROCESSOS - SIM-PROC COMUNIQUE-SE: EDITAL 2020-1-069
PREFEITURA REGIONAL PERUS
ENDERECO: RUA YLIDIO FIGUEIREDO, 349
2019-0.038.656-5 CARLOS ROSA
HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR

PIRITUBA/JARAGUÁ

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO
UNIDADE DE CADASTRO
CONCESSÃO DE NÚMERO OFICIAL
SEI:6037.2020/0000502-6: Contribuinte: 190.086.0062.4
- Rua ANTONIO DA SILVA LEITE, Codlog: 63037-3, CEP 02986-120 - Concedido: Nº 265.

SANTO AMARO

GABINETE DA SUBPREFEITA

SISTEMA MUNICIPAL DE PROCESSOS - SIM-PROC COMUNIQUE-SE: EDITAL 2020-1-069
PREFEITURA REGIONALSANTO AMARO
ENDERECO: PRACA FLORIANO PEIXOTO, 54 - 3 ANDAR
2018-0.113.004-0 EVANDRO LUIZ DE MELLO FORTU-NATO
HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR

SISTEMA ELETRONICO DE INFORMACOES - SEI
COMUNIQUE-SE: LISTA 493
SUBPREFEITURA DE SANTO AMARO
ENDERECO: PRAÇA FLORIANO PEIXOTO, 54
6030.2019/0002877-8 - Cadastro de Anúncios
Interessados: AAA COMERCIO ALIMENTICIOS EIRELI
COMUNIQUE-SE: Reapresentar o requerimento de solicitação da Licença de Anúncio, informando o número de fachadas e a medida das mesmas.

SE

GABINETE DO SUBPREFEITO

SISTEMA MUNICIPAL DE PROCESSOS - SIM-PROC COMUNIQUE-SE: EDITAL 2020-1-069
SUBPREFEITURA SE
ENDERECO: RUA ALVARES PENTEADO, 49 / 53
2018-0.101.031-1 MANOEL NAVARRO FILHO
HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR
2019-0.023.237-1 ROQUE MARIANO GUILHERME
HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR
2019-0.042.382-7 PAULO RAMOS DE OLIVEIRA NETO
HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR

VILA MARIA/VILA GUILHERME

GABINETE DO SUBPREFEITO

SISTEMA MUNICIPAL DE PROCESSOS - SIM-PROC COMUNIQUE-SE: EDITAL 2020-1-069
SUBPREFEITURA VILA MARIA-VILA GUILHERME
ENDERECO: RUA GENERAL MENDES, 111
2018-0.028.765-4 ANTONIO HENRIQUE LICO GON-CALVES
HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR
2019-0.047.214-3 REGINA CELIA DIAS PAIS DE ARAUJO
HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR
2020-0.002.026-3 MARCIA MARIA FREITAS DE ARAUJO
HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR
2020-0.002.365-3 PATRICIA AMARAL GURGEL KUPPER
HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR

VILA MARIANA

GABINETE DO SUBPREFEITO

SISTEMA MUNICIPAL DE PROCESSOS - SIM-PROC COMUNIQUE-SE: EDITAL 2020-1-069
SUBPREFEITURA VILA MARIANA
ENDERECO: RUA JOSE DE MAGALHAES, N 500
2020-0.004.655-6 ICATU EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.
HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR

2020-0.004.656-4 ICATU EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.
HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR
2020-0.004.657-2 ICATU EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.
HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR
2020-0.004.658-0 ICATU EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.
HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR
2020-0.004.659-9 ICATU EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.
HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR
2020-0.004.660-2 ICATU EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.
HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR
2020-0.004.661-0 ICATU EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.
HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR
2020-0.004.662-9 ICATU EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.
HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR
2020-0.004.663-7 ICATU EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.
HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR
2020-0.004.664-5 ICATU EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.
HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR
2020-0.004.665-3 ICATU EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.
HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR
2020-0.004.666-1 ICATU EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.
HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR

VILA PRUDENTE

GABINETE DO SUBPREFEITO

SISTEMA MUNICIPAL DE PROCESSOS - SIM-PROC COMUNIQUE-SE: EDITAL 2020-1-069
SUBPREFEITURA VILA PRUDENTE
ENDERECO: AVENIDA DO ORATORIO, 172
2020-0.001.677-0 SERGIO SFORCIM
HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR
2020-0.002.380-7 SERGIO SFORCIM
HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR
2020-0.002.638-5 ANDREA PEAGUDA DE CASTRO
HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR
2020-0.003.041-2 LEANDRO DESTRO
HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Supervisão Técnica de Fiscalização

INTIMAÇÃO
MARINALVA PEREIRA - CPF 166.236.858-55 proprietária do veículo VW Gol cor preto placa EMI 8339 - SP - Auto de Fiscalização 06-01.004.479-4 PE2020-3.005.308-9
Fica V.ª intimada a remover o veículo que se encontra abandonado em via pública a Rua Antonio Gomes, altura do número 709, no prazo de 5 (cinco) dias consecutivos, nos termos do Parágrafo único do artigo 161 da Lei 13478/2002 sob pena de multa, apreensão e remoção do veículo e demais cominações legais.
Encaminhado o auto supra citado via correio com Aviso de Recebimento para o endereço constante no cadastro do DETRAN-SP retornou sem recebimento com a informação "mudou-se"...

CULTURA

GABINETE DO SECRETÁRIO

SISTEMA ELETRONICO DE INFORMACOES - SEI COMUNIQUE-SE: LISTA 493
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
ENDERECO: AVENIDA SÃO JOÃO, 473
COMUNIQUE-SE - DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO
PA SEI nº 6025.2019/0019039-0
Interessado: Marcus Vinicius Laurenti Mosquetti e Iris Laurenti Burgugi
Local: Rua Treze de Maio nº 692 e 704
COMUNIQUE-SE:
- Apresentar Declaração de Potencial Construtivo Passível de Transferência SMUL/DEUSO válida;
- Carta do interessado ou representante legal contendo: declaração de inexistência de condições financeiras para custear o projeto e/ou obras de restauro ou conservação do imóvel; área a ser transferida; valor aproximado de venda do potencial construtivo; fazer constar que os valores serão revertidos em sua integralidade para o restauro e manutenção da edificação.
Prazo: 30 dias

EDUCAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

DESPACHO DO SECRETÁRIO
SME
6016.2020/0033765-2 - Credenciamento de instituições privadas com fins lucrativos no âmbito do Programa Mais Creches - À vista dos elementos que instruem este processo, AUTORIZO, com fundamento no artigo 4º, §3º, da Lei Municipal 17.244/2019 e no artigo 6º, do Decreto Municipal 59.134/2019, a abertura do presente edital de credenciamento de instituições privadas com fins lucrativos, no âmbito do Programa Mais Creches.

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2020
Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Secretaria Municipal de Educação - SME, por meio da Coordenadoria de Gestão e Organizacional - COGED, receberá a partir do dia 28 de abril de 2020, pelo e-mail maiscreche@sme.prefeitura.sp.gov.br, as inscrições para o credenciamento das Instituições de Ensino Privado, com fins lucrativos, que realizam atendimento a crianças de zero a três anos, localizadas no Município de São Paulo, para atuarem no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e Diretorias Regionais de Educação, de acordo com o que determina a Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores, as normas e regulamentos municipais aplicáveis.
1 - DO OBJETO
1.1 - O presente edital objetiva o credenciamento de Instituições de Ensino Privado, com fins lucrativos, que realizam atendimento a crianças de zero a três anos, localizadas no Município de São Paulo, para atendimento às crianças beneficiárias

do Programa Mais Creche, conforme o disposto no artigo 6º do Decreto Municipal 59.134/2019.

1.2 - As vagas serão oferecidas seguindo a ordem do cadastro de demanda em sistema próprio da Secretaria de Educação e não poderão exceder a 10% do número de alunos de zero a três anos matriculados na rede pública municipal, conforme disposto na Lei nº 17.244/2019 e no Decreto Municipal 59.134/2019.

2 - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

2.1 - Garantir a permanência na escola para todas as crianças encaminhadas pela Secretaria Municipal de Educação, sem distinção entre os pagantes e os beneficiados pelo Programa;

2.2 - Promover atendimento totalmente gratuito as crianças e suas famílias;

2.3 - Garantir a alimentação adequada para as crianças atendidas pelo programa, conforme orientações da Secretaria Municipal de Educação;

2.4 - Garantir os parâmetros de qualidade exigidos da Rede Municipal de Ensino;

2.5 - Garantir atendimento em tempo integral a todos os alunos participantes;

2.6 – Garantir o alinhamento da sua proposta pedagógica ao currículo da Rede Municipal de Ensino;

2.7 - Emitir a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e com a indicação do responsável da criança no campo reservado ao tomador de serviços;

2.8 - Manter atualizado o cadastro da Instituição e seu representante legal junto à Secretaria Municipal de Educação;

2.9 - Manter atualizadas no sistema eletrônico da Secretaria Municipal de Educação as informações sobre matrícula e frequência, bem como demais informações exigidas pela Secretaria;

2.10 - Observar as normas federais, estaduais e municipais sobre acessibilidade;

2.11 - Assumir a responsabilidade, na medida de suas obrigações, pela remuneração e pagamento dos encargos fiscais, trabalhistas, tributários, previdenciários, de seguros, de eventuais danos causados a terceiros e outros similares, eximindo o Município de quaisquer ônus e reivindicações de terceiros.

3 - DA REMUNERAÇÃO

3.1 – A SME procederá à transferência do recurso mensal diretamente às instituições de ensino previamente credenciadas, no valor de R\$ 727,16 (setecentos e vinte e sete reais e dezesseis centavos), mais o valor adicional de R\$ 257,81 (duzentos e cinquenta e sete reais e oitenta e um centavos, referente ao atendimento do berçário, pago individualmente por criança durante a ocupação da vaga;

3.2 - O valor do benefício não poderá ultrapassar o valor total “per capita” repassado pelo Município às parcerias de educação infantil, estabelecidas e formalizadas nos termos da Lei 13.019/2014;

3.3 - O Poder Executivo definirá, anualmente, o valor destinado ao PROGRAMA, o número de vagas e a fixação do valor do benefício.

3.4 - A SME pagará o valor praticado pela credenciada ao particular, nas hipóteses em que o valor cobrado for menor que o valor máximo previsto no edital.

4 - DAS INSCRIÇÕES

4.1 - As inscrições iniciam no dia 28 de abril de 2020.

4.2 – As propostas deverão ser encaminhadas por meio de correio eletrônico para o endereço institucional maiscreche@sme.prefeitura.sp.gov.br, em formato PDF, com a solicitação de confirmação de entrega, a partir do dia 28 de abril de 2020, exclusivamente em dias úteis.

4.3 - O e-mail de inscrição a que se refere o item 4.2 deverá conter, obrigatoriamente, os documentos relacionados no item 7.2, em formato PDF, com todas as suas páginas e todos os seus anexos rubricados pelo (a) responsável do proponente, bem como numerados sequencialmente.

4.3 - O interessado deverá preencher Formulário de Inscrição elaborado pela SME/COGED, com os dados da Instituição e os documentos exigidos neste edital, conforme ANEXO I.

5 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1 Poderão participar deste credenciamento instituições educacionais que estejam de acordo com as disposições contidas neste Edital e que apresentem a documentação exigida nos artigos 28 e 29 da Lei 8.666/93.

5.2 Os membros da Comissão Especial de Avaliação e Credenciamento e servidores públicos municipais não poderão participar do presente Credenciamento.

6 - DA COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO E CREDENCIAMENTO

A Comissão Especial de Avaliação e Credenciamento, com número ímpar de integrantes, composta, pelo menos, por dois servidores efetivos, será responsável pela avaliação da documentação apresentada e pelo credenciamento, de acordo com a sistemática estabelecida neste Edital.

7 - DAS CONDIÇÕES DE CREDENCIAMENTO

7.1 - São requisitos mínimos para o credenciamento da Instituição de ensino:

7.1.1 - Poderão participar deste chamamento público as Instituições de Ensino Privado que preencham as condições estabelecidas na Lei Municipal nº 17.244/2019 e no Decreto Municipal 59.134/2019 e na Lei 8.666/1993, e;

7.1.2 - Tenham objeto social pertinente e compatível com o objeto deste edital;

7.1.3 – Realizem o atendimento de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos de idade;

7.1.4 – Estejam localizadas no Município de São Paulo;

7.1.5 - Comproven possui experiência prévia de pelo menos 02 (dois) anos, na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou em atividade/projeto semelhante em sua natureza, características, quantidade e prazos;

7.1.6 - Comproven dispor de instalações e condições materiais para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

7.1.7 - Cujos dirigentes não incidam nas vedações previstas na Lei da Ficha Limpa;

7.1.8 - Não tenham sido descredenciadas da prestação de serviços similar nos últimos 3 (três) anos anteriores ao exercício do novo credenciamento;

7.1.9 – Manifestem interesse em firmar contrato com a Secretaria Municipal de Educação, para o atendimento às crianças beneficiárias do Programa Mais Creche;

7.1.10 – Comproven sua regularidade jurídica, fiscal e trabalhista;

7.1.11 – Estejam regularmente autorizadas a funcionar como escola de educação infantil, conforme normas do Conselho Municipal de Educação.

7.2 - Os interessados deverão apresentar os seguintes documentos de habilitação abaixo relacionados:

7.2.1 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social, devidamente registrado no Cartório Civil competente, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

7.2.2 - Inscrição do ato constitutivo, ata de eleição e posse da diretoria em exercício;

7.2.3 – Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país;

7.2.4 - Auto de Licença de Funcionamento junto ao órgão competente, conforme normas do Conselho Municipal de Educação;

7.2.5 - Declaração, sob as penas da lei, para os efeitos do artigo 7º do Decreto nº 53.177/2012, assinada pelos dirigentes da instituição educacional, atestando que não incidem nas vedações constantes do artigo 1º do referido decreto, conforme modelo do ANEXO III;

7.2.6 - Declaração de inexistência de servidores públicos municipais nos quadros dos dirigentes da proponente, ANEXO IV;

7.2.7-Declaração firmada pelo representante legal do credenciado, sob as penas da lei de que cumpre o quanto estabelecido no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, de acordo com o modelo constante do ANEXO V;

7.2.8 - Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, emitida no sítio da Secretaria da Receita Federal do Brasil, que comprove a existência de, no mínimo, um ano da instituição;

7.2.9 - Certidão Negativa de Tributos Mobiliários, relativos ao Município sede, com prazo de validade em vigência. Caso a interessada não esteja cadastrada como contribuinte neste Município, deverá apresentar Declaração, firmada pelo representante legal, sob as penas da lei, de que nada deve a Fazenda do Município de São Paulo (CTM).

7.2.10 - Certidão Negativa Conjunta de Débitos (CND) relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Seguridade Social - INSS, expedida pela Receita Federal do Brasil, nos termos da Portaria RFB/PGFN 1.751, de 02/10/2014, com prazo de validade em vigência;

7.2.11 - Certidão de Regularidade referente ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, com prazo de validade em vigência;

7.2.12 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT nos termos da Lei nº 12.440/2011, aceitando-se positiva com efeito de negativa.

7.2.13 - Comprovante de inexistência de registros no Cadastro Informativo Municipal – CADIN MUNICIPAL, instituído pela Lei Municipal nº 14.094/05, regulamentada pelo Decreto nº 47.096/06;

7.2.14 - Cadastro de Contribuinte Municipal – CCM

7.2.15 – Proposta Pedagógica que deverá conter, no mínimo, as informações previstas no art. 116 da Lei 8.666/93 (modelo previsto no ANEXO II deste Edital).

a) a descrição da realidade objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo com a atividade ou o projeto e com as metas a serem atingidas;

b) a forma de execução das ações,

c) a descrição de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas;

d) a definição dos indicadores, documentos e outros meios a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas;

e) cronograma de execução;

7.3 - Além da verificação da apresentação dos documentos e dos requisitos exigidos pelo edital, serão adotados como parâmetros objetivos para a decisão quanto ao credenciamento dos interessados pela Comissão Especial de Avaliação e Credenciamento, estabelecidos SME/COGED:

7.3.1 - Coerência entre a Proposta Pedagógica apresentada conforme item 7.2.14 e os objetivos do Programa Mais Creche:

7.3.2 - se o proponente atende às condições exigidas para tal fim;

7.3.3 - se o (a) projeto/atividade apresentou forma e objeto nos termos exigidos por este edital;

7.3.4 – verificar, através de vistoria in loco, se a estrutura física atende aos padrões da SME;

7.4 - A Secretaria Municipal de Educação, por intermédio de COGED, encaminhará a inscrição, acompanhadas da documentação exigida no item 7.2, para a Comissão de Avaliação e Credenciamento.

7.5 - A Comissão Especial de Avaliação e Credenciamento procederá à conferência da proposta de atividade e dos demais documentos, certificando-se do atendimento às exigências especificadas neste Edital.

7.6 - As propostas serão selecionadas, observadas à necessidade do atendimento à demanda e a disponibilidade orçamentária para garantir o atendimento ao número de beneficiários do Programa Mais Creche, conforme disposto na Lei nº 17.244/2019 e no Decreto Municipal nº 59.134/2019.

7.6 - A ausência ou irregularidade de qualquer dos documentos exigidos no item 7.2 - impedirá o credenciamento.

VIII - DO CREDENCIAMENTO

8.1 - Será (ão) considerada(s) credenciada(s) a(s) instituição (ões) de ensino inscrita(s), que for (em) apta (s) em todos os requisitos do item 7.1 e apresentarem a documentação exigida no item 7.2.

8.2 - A lista dos credenciadas será publicada no Diário Oficial da Cidade de São Paulo.

8.3 – Caberá recurso contra a deliberação da Comissão Especial de Avaliação e Credenciamento referida no item 8.2.

8.4 - O prazo para interposição de recurso de que trata o item 8.3 será de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da publicação da deliberação.

8.5 - Os recursos deverão ser apresentados de forma fundamentada, por petição enviada, com confirmação de leitura, por correio eletrônico para o endereço institucional maiscreche@sme.prefeitura.sp.gov.br ou protocolada no endereço Rua Borges Lagoa, 1230, das 9h às 18h, contendo a indicação do número do edital recorrido e o número do processo correlato, sendo obrigatória a apresentação de vias digitalizadas de CPF e RG, caso o impugnante seja pessoa natural, e de vias digitalizadas de comprovante de inscrição no CNPJ, ato constitutivo e, se necessário, procuração que comprove os poderes de representação do signatário da impugnação, caso o impugnante seja pessoa jurídica.

8.6 - Não serão conhecidos recursos enviados pelo correio, fac-símile ou outro meio de comunicação.

8.7 - Interposto o recurso, a autoridade superior competente poderá rever o parecer da Comissão Especial de Avaliação e Credenciamento sendo essa decisão publicada no Diário Oficial da Cidade de São Paulo.

8.8 - Caso a Comissão Especial de Avaliação e Credenciamento reconsidere sua decisão ou a autoridade superior competente acate o recurso, nova relação dos credenciados será publicada no Diário Oficial da Cidade.

8.9 - As credenciadas serão convocadas de acordo com a necessidade da SME/COGED, respeitada a ordem do cadastro de demanda em sistema próprio;

8.10 - Decididos os recursos eventualmente interpostos, ou não havendo estes, a autoridade superior competente, o Senhor Secretário Municipal de Educação, homologará a decisão pelo credenciamento, devendo a referida homologação ser publicada no Diário Oficial da Cidade de São Paulo.

8.11 - O Credenciamento não gerará direito automático à contratação.

IX - DA CONTRATAÇÃO

9.1 - As contratações das instituições serão celebradas com fundamento no artigo 25, caput, da Lei Federal nº 8.666/93.

9.2 – Para cada contratação será autuado processo administrativo próprio, apartado daquele que tratou do credenciamento, devendo, no entanto, ser instruído com a lista dos credenciadas, a homologação da autoridade superior competente e com a justificativa para a contratação, além dos demais documentos pertinentes.

9.3 – No momento da contratação, a instituição de ensino deverá apresentar nota fiscal, com o intuito de comprovar o

preço praticado junto aos demais alunos particulares, nos termos do inciso III, do parágrafo único, do art. 26 da Lei 8.666/93.

9.4 - Toda contratação estará condicionada à prévia verificação dos seguintes documentos, devidamente em vigor:

9.4.1 - Comprovante de situação cadastral do CNPJ, que pode ser obtido no "site" da Receita Federal (www.receita.fazenda.gov.br);

9.4.2 - Comprovante de regularidade perante a Fazenda do Município de São Paulo no tocante aos tributos mobiliários. Caso não esteja cadastrado como contribuinte no Município de São Paulo, deverá ser apresentada declaração, devidamente assinada, sob as penas da lei, de não cadastramento e de que nada deve à Fazenda do Município de São Paulo;

9.4.3 - Declaração, sob as penas da lei, de que não está inscrito no Cadastro Informativo Municipal - CADIN MUNICIPAL;

9.4.4 - Declaração, sob as penas da lei, de que não possui funcionário público municipal como dirigente da instituição e de que não possui impedimento legal para contratar com o Município de São Paulo.

9.4.5 – Cadastro de Contribuinte Municipal – CCM

9.4.6 - Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União - CND;

9.4.7 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.4.8 - Certificado de Regularidade do FGTS.

9.5 - O contrato deverá conter o cronograma de execução das ações a serem desenvolvidas.

9.6 - A Contratada receberá o recurso mensal, pago individualmente por criança durante o uso da vaga, sendo o pagamento efetuado em 30 (trinta) dias a contar da apresentação da respectiva solicitação à Secretaria Municipal de Educação – SME, acompanhada de documentação necessária que comprove a execução do (s) serviço (s) prestado realizado e regularmente atestado por servidor ou equipe responsável pela fiscalização.

9.7 – Cessam os pagamentos relativos ao programa nos seguintes casos:

9.7.1 - quando não forem atendidos os requisitos estabelecidos pela lei ou por normas regulamentadoras;

9.7.2 - quando a criança for encaminhada para uma vaga na Rede Municipal de ensino;

9.7.3 - quando for constatada falsidade nas declarações dos responsáveis legais da criança;

9.7.4 - quando houver faltas injustificadas da criança durante 15 (quinze) dias consecutivos ou quando seu percentual de ausência injustificada, durante o ano letivo, ultrapassar 25% (vinte e cinco por cento).

9.7.5 - comprovada a fraude, falsificação, omissão, contração de informações, adulteração de documentos ou infração de qualquer item do Decreto Municipal nº 54.134/2019, a vaga ofertada será cancelada, sem prejuízo das medidas administrativas e judiciais cabíveis;

9.8 - A critério da autoridade superior competente, de forma fundamentada, a sanção de descredenciamento do contratado poderá ser aplicada conjuntamente com as sanções previstas nos itens 12.1 a 12.3.

9.9 - As penalidades tratadas no item 9.8 serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação que rege a matéria.

9.9.1 - As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais.

9.10 - O procedimento a ser observado para aplicação de penalidades será aquele previsto no Decreto Municipal nº 59.134/2019, bem assim o estabelecido no Decreto Municipal 44.279/2003 e na Lei Federal nº 8666/93 e alterações posteriores, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

9.11 - Fica vedado o cometimento a terceiros (subcontratação) da execução do(s) serviço(s) objeto(s) do contrato.

9.12 - A contratação não gera vínculo trabalhista entre a Municipalidade e o Contratado.

X - DO DESCREDENCIAMENTO

10.1 - O descredenciamento poderá ocorrer:

10.1.1 - Por parte do Credenciado, mediante notificação dirigida a SME/COGED, com 30 dias de antecedência;

10.1.2 - Por parte da Secretaria Municipal de Educação - SME, por intermédio da COGED, quando evidenciada a incapacidade técnica durante a execução do contrato ou nas hipóteses previstas no item 9.7.

XI – DA FISCALIZAÇÃO

Todas as atividades desenvolvidas serão acompanhadas pela COGED, COPED e CODAE da SME.

XII - DAS SANÇÕES

12.1- Pelo descumprimento do previsto na Proposta Pedagógica aprovado o Contratado estará sujeito à penalidade de multa correspondente a 20% (vinte inteiros por cento), do valor total do contrato.

12.2- O Contratado estará sujeito à penalidade de multa no valor correspondente a 3%(três inteiros por cento) do valor do contrato em caso de descumprimento de cada uma das obrigações previstas no item 2(dois) do presente Edital;

12.2.2 - A aplicação das sanções previstas no item 12.2 fica limitada a 20% (vinte inteiros por cento), do valor total do contrato.

12.3 – Multa de 2% (dois inteiros por cento) sobre o valor do contrato no caso de demais descumprimentos contratuais.

XIII – DA RESCISÃO DO CONTRATO

13.1 – Poderá ser rescindido o contrato nos seguintes casos:

13.1.1 - Unilateralmente pela SME/COGED quando:

13.1.1.1 – Houver inadimplência de cláusulas contratuais;

13.1.1.2 – Ficar evidenciada incapacidade técnica ou inidoneidade da Contratada;

13.1.1.3 – Ocorrer atraso injustificado na execução dos serviços, a juízo da SME/COGED;

13.1.1.4 – Os serviços forem paralisados sem justa causa ou prévia comunicação à SME/COGED;

13.1.2 – Por qualquer tempo, por mútuo acordo;

13.1.3 – Também constituem motivo para rescisão deste contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, aqueles previstos na Lei Federal nº 8.666/1993 acarretando, na hipótese de rescisão administrativa, as consequências indicadas naquela lei.

13.1.4. Outras formas previstas em lei.

XIV- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - O ato de inscrição implica a sujeição às condições estabelecidas neste Edital.

14.2 - A Credenciada será responsável pela disponibilização da vaga e pelas ações previstas na Proposta Pedagógica, excluía qualquer responsabilidade civil ou penal para a Secretaria Municipal de Educação - SME.

14.3 - Todas as atividades desenvolvidas durante a execução do contrato serão fiscalizadas pela SME.

14.4 – Para fins deste edital as referências à hora trabalhada equivalem ao período integral de sessenta minutos.

14.5 - Fica eleito, desde logo, o foro da comarca da cidade de São Paulo para dirimir eventuais questões decorrentes deste Edital.

14.6 - A Secretaria Municipal de Educação - SME, por intermédio da Comissão de Seleção, apreciará e resolverá os casos omissos.

ANEXO I DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 02/ 2020 - SME/COGED

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

| | | |
|-----------------------|---------------|-----------------------|
| INSTITUIÇÃO: | | |
| CNPJ: | | |
| Endereço: | | |
| Bairro: | Município: | |
| CEP: | | |
| Telefone fixo | Tel. Celular: | |
| Endereço eletrônico: | | |
| BANCO DO BRASIL - 001 | Agência: | Nº da conta corrente: |

IMPORTANTE:

Juntar cópias digitalizadas dos documentos listados no item 7.2 do Edital

7.2 - Os interessados deverão apresentar os seguintes documentos:

| | |
|--------|---|
| 7.2.1 | Ato constitutivo, estatuto ou contrato social, devidamente registrado no Cartório Civil competente, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; |
| 7.2.2 | Inscrição do ato constitutivo, ata de eleição e posse da diretoria em exercício; |
| 7.2.3 | Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país; |
| 7.2.4 | Auto de Licença de Funcionamento junto ao órgão competente, conforme normas do Conselho Municipal de Educação; |
| 7.2.5 | Declaração, sob as penas da lei, para os efeitos do artigo 7º do Decreto nº 53.177/2012, assinada pelos dirigentes da instituição educacional, atestando que não incidem nas vedações constantes do artigo 1º do referido decreto, conforme modelo do ANEXO III – não incidem nas vedações constantes do artigo 1º do referido decreto; |
| 7.2.6 | Tenha dentre seus dirigentes servidor ou empregado da Administração Pública Municipal direta ou indireta, bem como ocupantes de cargo em comissão; |
| 7.2.7 | Declaração firmada pelo representante legal do credenciado, sob as penas da lei, de que cumpre o quanto estabelecido no art. 7º,XXXIII da Constituição Federal, de acordo com o modelo do ANEXO V; |
| 7.2.8 | Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, emitida no sítio da Secretaria da Receita Federal do Brasil, que comprove a existência de, no mínimo, um ano da instituição; |
| 7.2.9 | Certidão Negativa de Tributos Mobiliários, relativos ao Município sede, com prazo de validade em vigência. Caso a interessada não esteja cadastrada como contribuinte neste Município, deverá apresentar Declaração, firmada pelo representante legal, sob as penas da lei, de que nada deve a Fazenda do Município de São Paulo (CTM). |
| 7.2.10 | Certidão Negativa Conjunta de Débitos (CND) relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Seguridade Social - INSS, expedida pela Receita Federal do Brasil, nos termos da Portaria RFB/PGFN 1.751, de 02/10/2014, com prazo de validade em vigência; |
| 7.2.11 | Certidão de Regularidade referente ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, com prazo de validade em vigência; |
| 7.2.12 | Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT nos termos da Lei nº 12.440/2011, aceitando-se positiva com efeito de negativa. |
| 7.2.13 | Comprovante de inexistência de registros no Cadastro Informativo Municipal – CADIN MUNICIPAL, instituído pela Lei Municipal nº 14.094/05, regulamentada pelo Decreto nº 47.096/06; |
| 7.2.14 | Cadastro de Contribuinte Municipal – CCM |
| 7.2.15 | Proposta Pedagógica que deverá conter, no mínimo, as informações previstas no art. 116 da Lei 8.666/93 (modelo previsto no ANEXO II deste Edital). |

| | |
|-------|--------------------------|
| Data: | Assinatura do candidato: |
|-------|--------------------------|

ANEXO II DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2020 – SME/COGED

PROPOSTA PEDAGÓGICA

1. Identificação do proponente:
a) Nome da Organização
b) Endereço
c) CNPJ
d) Nome e dados dos dirigentes
2. Apresentação do Projeto Pedagógico da Instituição, alinhado ao currículo da Rede de Ensino de São Paulo.
3. Indicação do número de vagas, por faixa etária, oferecidas pela Instituição ao Programa Mais Creche.
4. Apresentação do valor da mensalidade cobrada pela instituição aos particulares.
5. Apresentação de notas fiscais para comprovação do preço praticado junto aos particulares (dos últimos 06 meses).

ANEXO III

DECLARO ter conhecimento das vedações constantes do artigo 1º do Decreto nº 53.177, de 04 de junho de 2012, que estabelece as hipóteses impeditivas de nomeação, contratação, admissão, designação, posse ou início de exercício para cargo, emprego ou função pública, em caráter efetivo ou em comissão, e que não incorro em nenhuma das hipóteses de inelegibilidade previstas no referido artigo.

DECLARO, ainda, sob as penas da lei, em especial aquelas previstas na Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1983, e no artigo 299 do Código Penal (Falsidade Ideológica), que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

IDENTIFICAÇÃO DO(S) DIRETOR(ES) DA ENTIDADE

NOME: _____

RG: _____ CPF: _____

CARGO/FUNÇÃO/EMPREGO: _____

TELEFONE: _____ E-MAIL: _____

Local-UF, ____ de _____ de 20____.

(Nome e Cargo do Diretor da Instituição)

ANEXO IV

Logotipo da Entidade

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS NOS QUADROS DE DIRIGENTES DA ENTIDADE

A _____ (entidade) inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede nesta capital, _____ (endereço), _____, (bairro), CEP _____, por meio de seu representante legal, abaixo-assinado, declara que não tem, dentre seus dirigentes, servidor ou empregado da Administração Pública Municipal direta ou indireta, bem como ocupantes de cargo em comissão, em cumprimento ao art. 37, I, parte final, do Decreto 57.575/16. DECLARO, ainda, sob as penas da lei, em especial aquelas previstas na Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1983, e no artigo 299 do Código Penal (Falsidade Ideológica), que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

São Paulo, ____ de _____ de 20____

Representante legal
Nome:
RG: CPF:
Cargo/função

ANEXO V

Logotipo da Entidade

DECLARAÇÃO

DECLARO, para fins de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, que a (*entidade*) não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz.

DECLARO, ainda, sob as penas da lei, em especial aquelas previstas na Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1983, e no artigo 299 do Código Penal (Falsidade Ideológica), que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME: _____

RG: _____ CPF: _____ - _____

CARGO/FUNÇÃO: _____

TELEFONE: _____ EMAIL: _____

São Paulo, ____ de _____ de 20____

Assinatura do representante legal

RG:

CPF:

ANEXO VI – Minuta do Termo de Contrato.
DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº02/ 2020 - SME/COGED
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente tem por objeto credenciamento de Instituições de Ensino Privado com fins lucrativos, que realizam atendimento a crianças de zero a três anos, localizadas no Município de São Paulo, para atendimento às crianças beneficiárias do Programa Mais Creche, conforme disposto na Lei nº 17.244/2019 , no Decreto Municipal 59.134/2019 e na Lei 8.666/1993.
CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA EXECUÇÃO DO CONTRATO
2.1 - A vigência do contrato é de _____ a _____
2.2 - As vagas serão oferecidas seguindo a ordem do cadastro de demanda em sistema próprio da Secretaria de Educação e não poderão exceder a 10% do número de alunos de zero a três anos matriculados na rede pública municipal, conforme disposto na Lei nº 17.244/2019.
2.3 - A Instituição deverá também fornecer infraestrutura adequada e apoio necessário ao atendimento às crianças be-

neficiárias do Programa, discriminando os respectivos itens na Proposta Pedagógica.
CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
3.1 – A SME procederá à transferência do recurso mensal diretamente às instituições de ensino previamente credenciadas, no valor de R\$ 727,16 (setecentos e vinte e sete reais e dezesseis centavos), mais o valor adicional de R\$ 257,81 (duzentos e cinquenta e sete reais e oitenta e um centavos, referente ao atendimento do berçário, pago individualmente por criança durante a ocupação da vaga;
3.2 - A concessão do benefício tem caráter provisório e emergencial e cessará ao final do ano letivo, após disponibilização de vaga nas unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino.
3.3 - A SME definirá, anualmente, o valor destinado ao Programa, o número de vagas e a fixação do valor do benefício.
3.4 – As despesas decorrentes desta lei onerarão a dotação orçamentária consignada na Secretaria Municipal de Educação, suplementada se necessário.

3.5 - O pagamento será efetuado, exclusivamente, por crédito no Banco do Brasil S.A.

3.6 - O benefício do Programa será concedido dentro de cada exercício financeiro, correspondendo ao respectivo ano letivo, podendo ser renovado para o exercício seguinte enquanto permanecer a falta de vaga na Rede Municipal de Ensino.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

4.1 - Realizar o acompanhamento e avaliação do PROGRAMA.

4.2 - Oferecer vagas às crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos de idade, em instituição de ensino credenciada, seguindo a ordem do cadastro de demanda no sistema EOL

4.3 - Garantir às crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos de idade em situação de vulnerabilidade o acesso e a permanência em escolas de educação infantil, próximas à residência ou, na impossibilidade, próximas ao trabalho dos seus responsáveis, através do PROGRAMA.

4.4 - Definir, anualmente, o valor destinado ao Programa, o número de vagas e a fixação do valor do benefício.

4.5 - Efetuar o pagamento à instituição de ensino credenciada de acordo com o número de crianças atendidas.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

5.1 – Executar as ações previstas na Proposta Pedagógica anexa ao presente.

5.2 - Garantir a permanência na escola para todas as crianças encaminhadas pela Secretaria Municipal de Educação, sem distinção entre os pagantes e os beneficiados pelo PROGRAMA.

5.3 - Promover atendimento totalmente gratuito para as crianças e suas famílias;

5.4 - Garantir a alimentação adequada para as crianças atendidas pelo Programa conforme orientações da Secretaria Municipal de Educação;

5.5 - Garantir os parâmetros de qualidade exigidos da Rede Municipal de Ensino;

5.6 – Garantir atendimento em tempo integral a todos os alunos participantes;

5.7 – Garantir o alinhamento da sua proposta pedagógica ao currículo da Rede Municipal de Ensino;

5.6 - Alcançar metas e as expectativas propostas no planejamento da ação para a formação;

5.7 - Emitir a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e com a indicação do responsável da criança no campo reservado ao tomador de serviços;

5.8 - Encaminhar mensalmente A SME a frequência das crianças atendidas no PROGRAMA;

5.9 - Assegurar a qualidade do trabalho desenvolvido;

5.10 – O contratado fica obrigado a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

6.1 - O acompanhamento das ações previstas no programa será realizado pela instituição de ensino e pela SME.

6.1.1 – Deverá ser designado, pela chefia da unidade demandante dos serviços, um fiscal para acompanhamento da execução dos serviços contratados.

6.2 - A fiscalização dos serviços pelo CONTRATANTE não exime, nem diminui a completa responsabilidade da CONTRATADA, por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas contratuais.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES

7.1. Pelo descumprimento do previsto na Proposta Pedagógica aprovada o Contratado estará sujeito à penalidade de multa correspondente a 20% (vinte inteiros por cento), do valor total do contrato.

7.2 - O Contratado estará sujeito à penalidade de multa no valor correspondente a 3% (três inteiros por cento) do valor do contrato em caso de descumprimento de cada uma das obrigações previstas na cláusula quinta deste contrato.

7.2.1 – A aplicação das sanções previstas no item 7.2 fica limitada a 20% (vinte inteiros por cento), do valor total do contrato.

7.3 – Multa de 2% (dois inteiros por cento) sobre o valor do contrato no caso de demais descumprimentos contratuais.

7.4 - As penalidades tratadas nos itens 7.1 a 7.3 serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação que rege a matéria. As penalidades são independentes e aplicação de uma não exclui as demais.

7.5 - A prática de atos fraudulentos ou inidôneos na execução do presente contrato sujeita a contratada, além da competente sanção pecuniária, às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666 de 1993.

7.6 - Para aplicação das sanções administrativas será observado o disposto a respeito no Decreto Municipal nº 44.279/2003 e na Lei 8.666/1993.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 - O Contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

8.1.1 - Unilateralmente, pela Secretaria Municipal de Educação, quando:

8.1.2 - Houver inadimplência de cláusulas contratuais;

8.1.3 - Ficar evidenciada a incapacidade técnica ou a inidoneidade do contratado;

8.1.4. - Ocorrer atraso injustificado na execução dos serviços, a juízo da SME;

8.1.5 - Os serviços forem paralisados sem justa causa ou prévia comunicação à SME;

8.1.6 - Por determinação judicial;

8.2 - A qualquer tempo, por mútuo acordo;

8.3 – Também constituem motivo para rescisão deste contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, aqueles previstos na Lei Federal nº 8.666/1993 acarretando, na hipótese de rescisão administrativa, as consequências indicadas naquela lei.

8.4 Outras formas previstas em lei.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

É parte integrante do presente, independentemente de transcrição, o Edital de Credenciamento nº02/2020 - SME/ COGED.

CONSULTA Á OUTROS ÓRGÃOS Nº 01, DE 17 DE ABRIL DE 2020.

6016.2020/0034747-0

Em atendimento ao disposto no inciso I do artigo 6º do Decreto Municipal nº 56.144/15, comunicamos que a Secretaria Municipal de Educação realizará licitação na modalidade Pregão, cujo objeto é o Registro de Preços para contratação de empresa especializada em serviços de instalação de rede lógica e elétrica, abrangendo toda a rede de unidades educacionais da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo.

Solicitamos a todos os interessados em participar da referida licitação que entrem em contato com a SME/COAD/DIOB, por meio do e-mail: m.ara.silva@sme.prefeitura.sp.gov.br; no prazo de 03 (três) dias úteis a partir da publicação do presente.

DESPACHO DO SECRETÁRIO

SME

6016.2018/0031550-7 - ASSUNTO: Devolução de recursos financeiros remanescentes do Fundo de Participação dos Municípios – FPM para o Governo Federal. 1- Diante dos elementos informativos que instruem o presente, especialmente as manifestações de SME/COPLAN (027539173), e informação de SF/SUTEM (026517806), AUTORIZO a devolução dos recursos remanescentes do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, no valor de no valor de R\$ 1.927.461,06 (um milhão, novecentos e vinte e sete mil, quatrocentos e sessenta e um reais e seis centavos), para o exercício de 2020, acrescido do valor dos rendimentos, a serem calculados após o resgate. 2- As despesas decorrentes da devolução ora autorizada onerarão a dotação indicada na Nota de Reserva nº 24.791/2020 (027742743).

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE JACANÃ / TREMEMBÉ

ADIANTAMENTO

- Face aos elementos contidos no processo, AUTORIZO:

a) emissão de planilhas de empenho e liquidação, para fazer face às despesas de pronto pagamento por Adiantamento de Unidades Educacionais e desta Diretoria Regional de Educação, referente ao mês de ABRIL/2020, contemplado na Lei Municipal 10513/88 Art.2 – incisos I, II e III; Decretos Nº 23639/87, 29929/91 e alterações , Decretos nº 41306/01, Dec. Nº45787/05 e Decreto nº 48.592/07 ; Portarias SME 2946/05 e 7221/05, Portaria SF nº 151/2012 e Portaria SME nº 3787/2017, onerando as dotações relacionadas abaixo;

b) encaminhe ao Contador desta Diretoria Regional de Educação, para as providências.

| PROCESSO | VALOR (R\$) | CPF | RESPONSÁVEL |
|--|--------------|----------------|-----------------------------|
| 16.12.12.361.3010.2.826.33.90.39.00.00 | | | |
| 6016.2020/0034536-1 | R\$ 3.990,00 | 223.734.558-97 | PRISCILA C. LORUSSO DE LIMA |

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE ITAQUERA

ADIANTAMENTO

À vista dos elementos contidos no presente, e no exercício das atribuições a mim conferidas nos termos do que dispõe a Lei nº 10.513, art. 2º incisos I, II e III e suas alterações, Decretos nºs. 23.639/87, 41.306/01, 41.394/01 e Artigos 1º, 4º, 5º 15º e 17º do Decreto nº 48.592/07, e Portaria SF nº 151/12, Portaria SME nº 3045/05 e 1766/07, Portaria 70/2011 - DRE/IQ (alterada pelas Portarias nº. 11/DRE-IQ/2012, 06/DRE-IQ/2013, 45/DRE-IQ/2014 e 28/DRE-IQ/2015), AUTORIZO a emissão das Notas de Empenho, Liquidação e Cancelamento, destinadas a atender as despesas de pequeno vulto, manutenção de bens móveis, conservação e adaptação de Bens Imóveis por meio da concessão de Adiantamento Bancário no mês de MAIO/2020, onerando as dotações relacionadas abaixo:

| PROCESSO | RS | CPF | RESPONSÁVEL |
|---|----------|----------------|----------------------------------|
| CEU'S-16.19.12.368.3010.4364.33.90.39.00.00 | | | |
| 6016.2020/0032582-4 | 2.000,00 | 193.530.428-36 | GIRLENE MARIA DE PAIVA SALVES |
| 6016.2020/0032583-2 | 2.000,00 | 204.573.068-90 | SANDRA DA SILVA MOTA ROCATO |
| 6016.2020/0031578-0 | 2.000,00 | 271.863.898-21 | ELAINE CRISTINA GARCIA TDA SILVA |

| | | | |
|--|----------|----------------|------------------------------|
| EMEI'S-16.19.12.365.3010.4362.33.90.39.00.00 | | | |
| 6016.2020/0031562-4 | 1.000,00 | 315.738.158-02 | TEONICE CARNEIRO MARTINS |
| 6016.2020/0031566-7 | 1.000,00 | 013.718.548-07 | PAULO RIBEIRO LANDIM |
| 6016.2020/0031567-5 | 1.000,00 | 368.802.578-44 | RUTE SOUZA RAMOS DA SILVA |
| 6016.2020/0032575-1 | 1.000,00 | 223.674.698-90 | CAROLINA GONÇALVES CAPUTO |
| 6016.2020/0031568-3 | 1.000,00 | 124.843.218-56 | CLAUDIA FERNANDES MARTINEZ |
| 6016.2020/0031569-1 | 1.000,00 | 536.656.358-53 | MARISA DA CONCEIÇÃO PALOPOLI |
| 6016.2020/0031573-0 | 1.000,00 | 115.865.928-82 | CLAUDIA FERNANDES LEITE |
| 6016.2020/0032576-0 | 1.000,00 | 143.769.878-67 | ELOISA APARECIDA RAMIRES |
| 6016.2020/0032579-4 | 1.000,00 | 073.827.458-56 | CRISTINA MURADAS ALMEIDA |
| 6016.2020/0031577-2 | 1.000,00 | 044.054.368-19 | IVANDIR RODRIGUES DOS SANTOS |
| 6016.2020/0032580-8 | 1.000,00 | 152.158.888-09 | SIRLEI PEREIRA DA SILVA |
| 6016.2020/0032581-6 | 1.000,00 | 064.062.648-35 | PRISCILA NEMETH JURADO |

REPUBLICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO EM DOC.DE 15/04/2020, (PÁGINA 48), POR CONTER INCORREÇÕES PROGRAMA DE TRANSFERENCIA DE RECURSOS FINANCEIROS – PTRF

DESPACHO DA DIRETORA REGIONAL DE EDUCAÇÃO – ITAQUERA

À vista dos elementos constantes dos processos abaixo relacionados e nos termos da Lei Municipal nº 13.991/05, Decretos Municipais nº 46.230/05, e 47.837/06, e no disposto na Portaria SME nº 4.554/08, AUTORIZO a lavratura do Termo de Compromisso, entre a Diretoria Regional de Educação ITAQUERA e as Associações de Pais e Mestres - APMs das Unidades Educacionais e as Associações de Pais, Mestres, Servidores, Usuários e Amigos do CEU – APM SUACs. Objeto: atender com os recursos financeiros, as APMs abaixo relacionadas, no que se refere à cobertura das despesas enumeradas nos incisos I a VI do artigo 3º da Lei nº 13.991/05, 3º da Lei nº 13.991/05, para a execução de ações que beneficiem os alunos e a escola. Diretora Regional de Educação: MARCIA MARQUES DOS SANTOS.

Dotações a serem oneradas:

Custeio:16.19.12.365.3010.2.840-33.50.39.00.00 e Capital: 16.19.12.365.3010.2.840.44.50.52.00.00

Custeio: 16.19.12.361.3010.2.841-33.50.39.00.00 e Capital: 16.19.12.361.3010.2.841.44.50.52.00.00

Custeio: 16.19.12.368.3010.2.839-44.50.52.00.00 e Capital: 16.19.12.368.3010.2.839-44.50.52.00.00

| TCORE | PROCESSO Nº | UNIDADE EDUCACIONAL APM |
|-------|---------------------|--|
| 01 | 6016.2020/0004631-3 | CEI - ARAUCARIAS |
| 02 | 6016.2020/0004633-0 | CEI - CARBUENUS |
| 03 | 6016.2020/0004635-6 | CEI - CELSO DANIEL, PROF. |
| 04 | 6016.2020/0004637-2 | CEI-CORINTHO BALDINO DA COSTA FILHO, VER. |
| 05 | 6016.2020/0004639-9 | CEI - DANIELLE MONTEIRO, GCMF |
| 07 | 6016.2020/0004643-7 | CEI - ELIAS PEREIRA DE MELO, PE. |
| 09 | 6016.2020/0004648-8 | CEI – GOITI |
| 13 | 6016.2020/0004654-2 | CEI - JOAO BENTO DE CARVALHO |
| 14 | 6016.2020/0004656-9 | CEI - MARIA APARECIDA SQUEIRA CAMPOS |
| 15 | 6016.2020/0004658-5 | CEI - PARADA XV DE NOVEMBRO |
| 16 | 6016.2020/0004659-3 | CEI - PARQUE GUARANI |
| 17 | 6016.2020/0004661-5 | CEI- PARQUE SAVOY CITY |
| 18 | 6016.2020/0004662-3 | CEI - VILA CARMOSINA |
| 19 | 6016.2020/0004663-1 | CEI - VILA CHUCA |
| 20 | 6016.2020/0004664-0 | CEI - VILA RAMOS |
| 21 | 6016.2020/0004665-8 | CEI - VILA SANTA TERESINHA |
| 23 | 6016.2020/0004667-4 | CEI CEU - DIRCE MIGLIACCIO |
| 24 | 6016.2020/0004668-2 | CEI CEU ADELAIDE TERESA LOPES CIMONARI, PROFA. |
| 25 | 6016.2020/0004674-7 | EMEI - ALBERTO MESQUITA DE CAMARGO, PROF. |
| 26 | 6016.2020/0004676-3 | EMEI - ANTONIO GONÇALVES DIAS |
| 27 | 6016.2020/0004677-1 | EMEI - APARECIDA MARIA DE MENDONÇA, PROFA. |
| 28 | 6016.2020/0004678-0 | EMEI - BUENO DE AZEVEDO, DR. |
| 29 | 6016.2020/0004679-8 | EMEI - CARLOS JEREISSATI, SEN. |
| 30 | 6016.2020/0004685-2 | EMEI - CECILIA SANT ANNA DE SOUZA, PROFA. |
| 31 | 6016.2020/0004687-9 | EMEI - CIDADE A E CARVALHO |
| 32 | 6016.2020/0004688-7 | EMEI - CONJ. HABITACIONAL GOITI |
| 33 | 6016.2020/0004689-5 | EMEI - DENISE MERCIER RODRIGUES AGUIAR, PROFA. |
| 35 | 6016.2020/0004692-5 | EMEI - FLORIANO PEIXOTO, MAL. |
| 36 | 6016.2020/0004693-3 | EMEI - FLORINDA ROBERTO QUEIROZ DE CASTRO |
| 37 | 6016.2020/0004694-1 | EMEI - FRANCISCO ROQUETTI |
| 38 | 6016.2020/0004695-0 | EMEI - GLAUBER ROCHA |
| 39 | 6016.2020/0004696-8 | EMEI - GLEBA DO PESSEGO |
| 42 | 6016.2020/0004701-8 | EMEI - JOAO RUBENS MARCELO |
| 44 | 6016.2020/0004703-4 | EMEI - LEONARDO VAN ACKER, PROF. |
| 45 | 6016.2020/0004704-2 | EMEI - LUIS BIRAGHI, MONSENHOR |
| 48 | 6016.2020/0004709-3 | EMEI - MARIA HELENA BARBOSA MARTINS, PROFA. |
| 50 | 6016.2020/0004711-5 | EMEI - MARIA MONTESSORI |
| 51 | 6016.2020/0004712-3 | EMEI - MIROEL SILVEIRA |
| 52 | 6016.2020/0004714-0 | EMEI - NAJILA CURI IZAR |
| 53 | 6016.2020/0004716-6 | EMEI - NEYLI GOMEZ MARTIN, PROFA. |
| 54 | 6016.2020/0004717-4 | EMEI - MILDIO DO AMARAL JUNIOR, PE. |
| 55 | 6016.2020/0004718-2 | EMEI - OLANDYIA PERES RIBEIRO, PROFA. |
| 57 | 6016.2020/0004720-4 | EMEI - PIRATINGUA |
| 58 | 6016.2020/0004721-2 | EMEI - RONALD DE CARVALHO |
| 60 | 6016.2020/0004724-7 | EMEI - SYLVIA VARONI DE CASTRO, PROFA. |
| 61 | 6016.2020/0004963-0 | EMEI - THERESA THE DE CARVALHO, PROFA. |
| 65 | 6016.2020/0004969-0 | EMEI CEU - FORMOSA |
| 66 | 6016.2020/0004971-1 | EMEI CEU - JARDIM VILA NOVA |
| 67 | 6016.2020/0004975-4 | EMEI CEU - JOSE GASPAR, DOM. |
| 68 | 6016.2020/0004976-2 | EMEI - BEGONIA REAL |
| 69 | 6016.2020/0005025-6 | EMEI - PARQUE SAVOY CITY |
| 70 | 6016.2020/0004977-0 | CIEIA CENTRO INT DE JOVENS E ADULTOS -ITAQUERA |
| 71 | 6016.2020/0004980-7 | EMEUF - 8 DE MAIO |
| 72 | 6016.2020/0004981-9 | EMEUF - AGUAS DE MARCO |
| 73 | 6016.2020/0004982-7 | EMEUF - ANTONIO DUARTE DE ALMEIDA, PROF. |
| 76 | 6016.2020/0004986-0 | EMEUF - AYRES MARTINS TORRES |

| | | |
|----|---------------------|---------------------------------------|
| 77 | 6016.2020/0004988-6 | EMEUF - BARTOLOMEU LOURENCO DE GUSMAO |
| 78 | 6016.2020/0004990-8 | EMEUF - BENEDITO CALIXTO |
| 81 | 6016.2020/0004996-7 | EMEUF - CORREIA DE MELLO, BRIG. |
| 82 | 6016.2020/0004997-5 | EMEUF - DANYLO JOSE FERNANDES |
| 83 | 6016.2020/0004998-3 | EMEUF - EDUARDO PRADO |
| 85 | 6016.2020/0005001-9 | EMEUF - GILMAR TACCOLA, PROF. |
| 86 | 6016.2020/0005002-7 | EMEUF - GUILMARAES ROSA |
| 87 | 6016.2020/0005004-3 | EMEUF - HAROLD DO VELOSO, BRIG. |
| 88 | 6016.2020/0005005-1 | EMEUF - JOAO NAKHI SUMITA, DR. |
| 89 | 6016.2020/0005008-6 | EMEUF - JOSE QUERINO RIBEIRO |

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO MIGUEL

PTRF / RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DO DOC DE 14/04/2020, PÁGINA 35

LEIA-SE COMO SEGUE E NÃO COMO CONSTOU

PROGRAMA DE TRANSFERENCIA DE RECURSOS FINANCEIROS – PTRF / CARTÃO

No exercício de atribuição conferida pela Portaria SME nº 2.946/05, mediante Parecer Técnico Conclusivo de Comissão Específica da Diretoria Regional de Educação SÃO MIGUEL, expedido através da ATA nº 02/DRE-MP/2020, de 09 de abril de 2020, APROVO a Prestação de Contas do PTRF, período 01/09/2019 a 30/11/2019, das Associações de Pais e Mestres - APMs e das Associações de Pais, Mestres, Servidores, Usuários e Amigos do CEU - APMSUAC's, abaixo relacionadas:

| ORDEM | EOL | UNIDADE EXECUTORA | CUSTEIO | CAPITAL | RECEITA DESPESAS | SALDO | RECEITA DESPESAS | SALDO |
|-------|--------|--|-----------|-----------|------------------|-----------|------------------|----------|
| 1 | 400550 | CEI - VILA CURUCA II | 18.451,86 | 830,17 | 17.621,69 | 4.032,42 | 358,00 | 3.674,42 |
| 2 | 019011 | EMEUF - LINO DE MATTOS, SEN. | 25.912,56 | 11.095,44 | 14.817,12 | 12.810,58 | 7.571,47 | 5.239,11 |
| 3 | 093840 | EMEUF - NEWTON REIS, GEN. | 81.209,42 | 16.806,90 | 64.402,52 | 2.500,00 | 0,00 | 2500,00 |
| 4 | 017531 | EMEI - VALENTINA ANTONINI DA SILVA, PROFA. | 22.756,98 | 2.575,27 | 20.181,71 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 5 | 200199 | CEU - VILA CURUCA - IRENE RAMALHO | 28.853,82 | 28.447,00 | 406,82 | 6.111,00 | 6.111,00 | 0,00 |

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DO BUTANTÃ

6016.2019/0094928-1- CADASTRO ÚNICO DAS ENTIDADES PARCEIRAS DO TERCEIRO SETOR – CENTS.

Com fundamento no Decreto nº 52.830/11, Portaria nº 34/ SMG/ 2017 e Portaria 10/SMG/2018, e nos termos da manifestação dos Setores Técnicos e da Assessoria Jurídica desta DRE, DEFIRO a inscrição do ASSOCIAÇÃO PAIS E FILHOS - CNPJ: 11.694.582/0001-70, no Cadastro Único das Entidades Parceiras do Terceiro Setor – CENTS.

6016.2018/0059201-2. Com fundamento no Decreto nº 52.830/11, Portaria nº 34/ SMG/ 2017 e Portaria 10/SMG/2018, e nos termos da manifestação dos Setores Técnicos e da Assessoria Jurídica desta DRE, DEFIRO a inscrição do CENTRO COMUNITARIO RAPOSO TAVARES -CNPJ 00.406.316/0001-88, no Cadastro Único das Entidades Parceiras do Terceiro Setor – CENTS.

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO MATEUS

ADIANTAMENTO

APROVO, nos termos do disposto no Artigo 16 do Decreto nº 48.592/07, de 06 de Agosto de 2007, a prestação de contas dos processos de adiantamento.

MARÇO/2020

| PROCESSO | VALOR | CPF | NOME DO RESPONSÁVEL |
|---------------------|----------|----------------|---------------------------------|
| 6016.2020/0017826-0 | 1.200,00 | 271.073.398-69 | Vanessa Rocha da Costa |
| 6016.2020/0017831-7 | 1.400,00 | 314.374.688-29 | Leticia de Souza Melo |
| 6016.2020/0018409-0 | 3.900,00 | 140.392.708-19 | Sonia Rocha de Lima Zaccariotto |
| 6016.2020/0018413-9 | 6.000,00 | 023.384.298-50 | Eliana dos Santos Moreira |
| 6016.2020/0018419-8 | 3.900,00 | 161.678.708-29 | Rosane Aparecida Escardovelli |
| 6016.2020/0018423-6 | 3.900,00 | 314.019.348-38 | Janaina Martins de Souza |
| 6016.2020/0018429-5 | 5.000,00 | 898.954.448-30 | Paula Ferreira dos Santos |
| 6016.2020/0018434-1 | 3.200,00 | 173.061.198-26 | Paula Regina Furtado Gracioso |
| 6016.2020/0018446-5 | 1.000,00 | 935.601.410-34 | Celia Clandino M.Barchetti |
| 6016.2020/0021646-4 | 1.900,00 | 171.50.828-06 | Placidio José dos Santos |
| 6016.2020/0021650-2 | 4.800,00 | 286.081.908-85 | Cintia de Cássia Silva Sales |
| 6016.2020/0021655-3 | 3.750,00 | 186.939.258-12 | Viviane Cristina Pardini |
| 6016.2020/0022529-3 | 5.000,00 | 277.887.558-18 | Cláudia Fernandes |